



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Política social, seguridade social e proteção social)

A crise estrutural do capital e a política social

Renato Soares de Aquino¹
Caroline Leão do Carmo²

Resumo

O presente artigo é um estudo bibliográfico acerca da crise estrutural do capital e as políticas sociais, trazendo reflexões sobre capitalismo, Estado e políticas sociais, objetivando entender a construção dessa política dentro do movimento do capital e suas particularidades, afinal as políticas sociais foram criadas para o mundo do trabalho e seus trabalhadores formais, sendo impregnada por uma contradição, em momentos determinados ela está posta à classe trabalhadora por meio das lutas e mobilizações e em determinados momentos à burguesia. É partindo dessa perspectiva que se faz interessante buscar reflexões sobre esse debate histórico-social-econômico que repercute até a atualidade.

Palavras-chave: Capitalismo; Política Social; Crise Estrutural; Estado.

Abstract

This article is a bibliographic study about the structural crisis of capital and social policies, bringing reflections on capitalism, State and social policies, aiming to understand the construction of this policy within the capital movement and its particularities, after all, social policies were created to the world of work and its formal workers, being impregnated by a contradiction, at certain moments it is placed to the working class through struggles and mobilizations and at certain moments to the bourgeoisie. It is from this perspective that it is interesting to seek reflections on this historical-social-economic debate that has repercussions until today.

Keywords: capitalismo; Social Policy; Structural Crisis; state.

¹ Assistente Social, Mestrando do Programa de Pós Graduação em Política Social –PPGPS, renato-s.a@hotmail.com

² Assistente Social, Especialista em Serviço Social e Práticas de Saúde Básica e Hospitalar, carmocaroline6@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Se faz necessário categorizar o que é capital e conseqüentemente o modo de produção capitalista, compreendendo que a política social se dá enquanto estratégia desse modo de produção, nos moldes de Mézaros (2002), capital não pode ser entendido como um simples conjunto de mecanismos econômicos, mas sim, um modo multifacetado de reprodução sociometabólica que o abarca por completo, afetando intensamente todos os aspectos da vida, desde o diretamente material e econômico indo até as relações sociais e culturais mais mediadas. Antunes (2009) menciona que este modo de produção, tem por finalidade essencial expandir a todo custo e constantemente o valor de troca, ao qual tudo e todos, desde as necessidades mais básicas, até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais devem estar estritamente subordinados.

Partindo dessa discussão, se observa que o modo de produção capitalista tem sua origem, bem como se caracteriza com a exploração da força de trabalho, reduzindo o valor de uso e fortalecendo o valor de troca. Assim, a partir do capital ocorre uma “estrutura de mando vertical”, ou seja, sempre ocorrerá neste modo de produção uma relação de subordinação, o qual ocorre uma divisão hierárquica do trabalho, pautado na ampliação, produção e reprodução do valor de troca (ANTUNES, 2009).

Dessa forma, a total subordinação das necessidades humana ao que diz respeito à reprodução de valores de troca, vem sendo o traço de maior destaque do sistema capitalista desde os seus primórdios. De acordo com Behring e Boschetti (2011) o trabalho e a vida social na sociedade capitalista perdem seu real sentido, sendo incorporado como atividade natural de produção para a troca, fazendo com que as funções de reprodução social e até individual fiquem completamente subordinadas a este modo de produção.

Pierre Salama (1995, p.51) já afirmava que “O futuro do capitalismo pode ser um capitalismo selvagem (mais selvagem ainda que o que conhecemos na atualidade)” é o que vivemos hoje, um modo de produção que suga todos os setores da vida, o qual, para a sua continuidade e superação das crises, ferramentas e estratégias são utilizadas constantemente, se destaca aqui, o Estado e as políticas sociais que mais do que nunca na história sofrem os rebatimentos desse modo de produção, passando por uma dualidade inerente a sua existência.

O desenvolvimento desse artigo será dividido em três itens: 1) Estado como ferramenta do capitalismo - se buscou refletir sobre o desenvolvimento do Estado e da sua construção enquanto estratégia do capitalismo- 2) Reflexões sobre o modo de produção



capitalista - o qual trará algumas características sobre a formação do capitalismo e seu desenvolvimento, indo da transformação do feudalismo ao capitalismo até a crise estrutural do capital - 3) Crise estrutural do capital e política social – se busca caracterizar a crise bem como a política social, compreendendo sua relação conflituosa entre burguesia e proletariado.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Estado como ferramenta do capitalismo

Para a compreensão do papel do Estado, é imprescindível entender a sociedade de classes e o seu surgimento, as classes não existem desde sempre, assim como, seu advento ocorre por um longo e contraditório processo. Logo, na construção de uma sociedade de classes sociais com interesses antagônicos em que ocorre a dominação de uma pela outra, a classe no poder precisa de um instrumento que a faça permanecer na dominância, em outras palavras, necessita de algo que consiga conter a revolta da classe dominada, de forma física e ideológica, bem como, estabeleça um conjunto de regras a serem seguidas a favor do capital.

Nas palavras de Marx (1983, p.25) “uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. Isso constitui o Estado, o qual no capitalismo serve e atende aos interesses da burguesia. De acordo com Marx e Engels (2014, p.28) o Estado nasce do antagonismo de classes e na era burguesa ele é o “comitê administrativo dos interesses comuns da burguesia”. Além disso, Mandel (1982) enfatiza que o Estado nasce com a origem da propriedade privada com a divisão social do trabalho.

Dessa forma, Engels (1997, p. 193) diz:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter de antagonismos das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.

Nesse sentido, o Estado é produto da sociedade e da forma como a mesma se desenvolveu, assim, as leis que regem a sociedade do capital se caracterizam também, como expressão da conjuntura da luta de classes, logo, podem delimitar um Estado com caráter democrático ou ditatorial, em que se encontram mais ou menos avanços no âmbito dos direitos sociais. Em consonância com Netto (2011), se observa que o Estado permeado pela lógica do capital opera de forma a propiciar um conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital. Um elemento novo nas funções do Estado, nesse



contexto, é a reprodução da força de trabalho, o qual conserva cada vez mais a exploração e precarização.

O Estado se dá mediante a uma conflituosa relação, o qual disfarça seu verdadeiro caráter mediante elementos da própria realidade, como é o caso das políticas sociais reguladas nos marcos do Estado, assim como, pelos instrumentos ideológicos da burguesia, que provocam a ideia que esse Estado não possui um lado, mas sim está a favor dos interesses comuns da sociedade. Apresenta, dessa forma, uma aparente “universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que ele garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual a burguesia existe como classe dominante” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 37).

Um Estado com características fortes e dotado de poderes de polícia e do monopólio dos meios de violência, pode assegurar a acumulação do capital, além disso, “a formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa tem sido por conseguintes características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2004, p.79). Seguindo o raciocínio do autor, o capitalismo não existe de forma alguma sem o estado, ele é há muito tempo, e ainda hoje, é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global.

Ainda de acordo com o referido autor:

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes [...] (HARVEY, 2004, p. 111)

Sendo assim, Mandel (1982) destaca que o papel do estado é de assegurar as relações de exploração. As direções e formatos que o Estado, enquanto propulsor do capital vai tomar, de acordo com a conjuntura da luta de classes, vai influenciar nos direitos sociais e suas transformações. Se observa que o modo de se organizar e lutar da classe trabalhadora, também vai acompanhar os ciclos do capital, o qual possui em alguns períodos importantes avanços nas lutas sociais, conquistando avanços e direitos, assim como, em outros momentos dessas lutas, o capital se expande de tal forma, que os absorvem em todos os sentidos, atingindo-os diretamente, retrocedendo e retirando direitos já conquistados da classe trabalhadora.

De acordo com Marx (2010, p.38-40):

O Estado jamais verá no Estado e na organização da sociedade a razão das mazelas sociais[...]. Quanto mais poderoso for o Estado, ou seja, quanto mais político for um país, tanto menos estará inclinado a buscar no princípio do Estado, ou seja, na atual organização da sociedade, da qual o Estado é expressão ativa, autoconsciente e oficial, a razão das mazelas sociais e a compreender seu princípio universal.



O Estado e sua forma de gerir no decorrer dos anos ganha diferentes formatos e teorias, como exemplo o Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), o liberalismo clássico ou o neoliberalismo, em que se explicita mais a quem serve o aparato do Estado capitalista e qual seu papel. Essas diferentes formas de gerir seus interesses foram desenvolvidas pela burguesia a partir da necessidade de superação de crises. No capitalismo, mesmo nas diferentes formas de gerenciamento da sociedade pelo Estado, as conquistas da classe trabalhadora limitar-se-ão, fundamentalmente e contraditoriamente, aos interesses da classe burguesa, o que não retira a importância da luta de classes e do alargamento das conquistas dos trabalhadores, como forma de tensionamentos do próprio sistema.

2.2 Reflexões sobre o modo de produção capitalista

Nesse ponto se busca uma breve reflexão sobre o capitalismo e suas particularidades, afim de compreender o seu movimento histórico, acerca desse modo de produção, se observa que ele não é infinito e muito menos existe desde sempre, haja vista, que o ser humano, por mais de 30 mil anos, viveu e sobreviveu em comunidade primitiva, em outras palavras, viveu sem uma sociedade dividida por classes e sem a exploração do homem pelo homem.

Com um processo formado por diferentes determinantes, o qual se destaca o excedente de produção, ocorre a possibilidade para o aparecimento de classes sociais de interesses antagônicos, explorando uma o trabalho da outra. Sendo assim, se dá início ao escravismo clássico e posteriormente por um processo de transição o feudalismo, assim, o modo de produção capitalista é concebido nas entranhas do feudalismo (NETTO; BRAZ, 2007).

Sobre o feudalismo e capitalismo, se observa de acordo com Tonet (2015), que no primeiro, o Estado era quem regulava de forma direta a atividade econômica, “tinha diretamente um caráter político”, a partir do surgimento do capitalismo o Estado deixa de ser regulador, ele acaba se reconfigurando, passando a servir a essa nova forma de produzir riqueza (capitalismo), sendo totalmente subordinando a lógica de reprodução do capital.

Desse modo, a partir da expansão do mercado, houve o declínio do modo de produção feudal, resultando assim no aparecimento da sociedade burguesa. De acordo com Marx e Engels (2014), essa sociedade intensificou a divisão de duas classes, burgueses e proletariados, além disso as necessidades começaram a aumentar à medida que o mercado se expandia, dessa maneira a manufatura foi substituída pela indústria moderna e os pequenos produtores pelos industriais milionários, chefes de exércitos inteiros e pelos



burgueses modernos. Diante de tal realidade, este modo de produção começou a evoluir e o capital se multiplicou, ocasionando a expansão do mercado, e conseqüentemente o crescimento do capital.

Partindo desta lógica, surge o modo de produção capitalista, o qual possui diversas fases e sua origem com base nos modos de produção passados, criaram as condições para sua formação/ implementação. Este modo de produção preza por uma nova exploração, objetiva o trabalho excedente, bem como a maior apropriação possível da mais valia, das mais diferentes maneiras, fazendo com que o trabalho passe a ter um valor de troca.

Portanto, o modo de produção capitalista tem sua origem, bem como se caracteriza com a expropriação da terra e a exploração da força de trabalho, além disso, este possui como característica a generalização da mercadoria, a qual já era presente em modos de produção passados, mas é no capitalismo que tudo ganha forma de mercadoria, até mesmo a força de trabalho, a qual é a mais importante. Assim, mercadoria pode ser caracterizada: enquanto valor de uso e valor de troca, onde a segunda subtrai a primeira, porém coexistem.

Cabe ressaltar um pouco mais sobre o que seria valor de uso e valor de troca, o primeiro é a qualidade da mercadoria, a sua utilidade, a qual é “determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria” e só existem através dessas propriedades, em outras palavras, a mercadoria atende uma necessidade, sejam elas “do estômago ou da fantasia”, objeto de consumo ou meio de produção. Esse valor de uso existente nas mercadorias precisa ter utilidade social e para o capitalista pouco importa qual necessidade será atingida, seu foco é para que este valor de uso possa cumprir seu papel de transportador do valor de troca. Já este último seria o valor propriamente dito, é medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la e na mercadoria está materializado, cristalizado, o trabalho humano abstrato, ou seja, a capacidade humana, que pode ser medida em dispêndio de energia, de força e entre outros, de produzir algo, almejando a obtenção da mais-valia (MARX, 2014).

Sobre a mais valia, é imprescindível ter em mente o objetivo central do capital, que é sempre lucrar, e para isso o capitalista investe em mercadorias específicas, como os meios de produção, exemplo: máquinas, matéria prima (capital constante), força de trabalho (capital variável) e entre outros, além disso esse mesmo capitalista paga ao trabalhador, por meio do salário, o valor da sua força de trabalho, porém, no decorrer dessa jornada, a força de trabalho acaba produzindo mais valor que o valor demandado para tal reprodução e é desse valor excedente- chamado também de mais-valia- que o capitalista toma posse, se apropriando sem nem um tipo de custo ou despesa. Importante ressaltar que nem todo



trabalho é produtor de mais-valia, o que vai determinar a sua existência é a relação social que se insere o trabalho, ou seja, não é só porquê um trabalhador venderá sua força de trabalho que poderá gerar mais-valia, o que é necessário para isso é que seu trabalho seja apropriado privadamente por um capitalista. A mesma pode ser categorizada enquanto mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, porém não iremos adentrar a esta discussão pela sua profundidade. (NETTO; BRAZ, 2007).

De acordo com Marx (2015, p. 513) “a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias”. Mediante as características que constituem o capital, se observa que a força de trabalho (capital variável) é de fato o único criador de mais-valia, já o capital constante (maquinas e instrumentos de trabalho) carrega o trabalho morto, o qual é transferido para o produto do trabalho.

Entende-se que no desenvolvimento do capitalismo, mediante a concorrência entre capitalistas, ocorre a predominância da substituição dos trabalhadores pelo capital constante, onde máquinas e instrumentos cada mais desenvolvidos potencializam a ação do trabalhador, o que possibilita um aumento na produtividade e conseqüentemente a intensificação do trabalho. Sendo este trabalho a única fonte de valorização do valor, ao reduzir a força de trabalho, conseqüentemente, se reduz a quantidade de trabalho vivo de cada mercadoria, o que acaba causando a redução da mais-valia do processo produtivo como um todo, gerando assim crise, além disso, compreende-se que existem outros aspectos para o surgimentos das crises, porém pela sua extensão e profundidade não serão abordados nesse artigo.

2.3 A crise estrutural do capital e as políticas sociais

O crescimento progressivo do capital constante em relação ao capital variável, provoca uma queda gradual na taxa e lucro geral, onde Antunes e Bernoit (2013, p. 116) mencionam que: “ a taxa de lucro tende a cair, porque o elemento vivo criador da mais-valia é substituído paulatinamente no curso da reprodução do capital social por capital constante que não valoriza o valor”. O que acaba gerando crise ao sistema, o qual é expressão da contradição dialética aqui posta entre ‘a necessidade de produzir mais mercadorias e ampliar os mercados’, com ‘a queda no valor unitário das mercadorias’.

Mészáros (2011) ao se referir as crises diz, que o capitalismo vive em crises cíclicas, porém este modo de produção passa por uma crise estrutural desde o início da década de



70, existindo poucos ou nem um caminho para superação. Ele enfatiza que as crises cíclicas coexistem com a crise estrutural do capital, a qual, essas crises são inseparáveis do ciclo de reprodução do capital, o que remete ao discurso de que o capitalismo vive de crises, sua continuidade depende dessas crises. Porém, a crise estrutural difere dessas crises cíclicas, podendo ser caracterizada com uma crise global.

O mesmo ainda relata que a crise que hoje estamos vivenciando, em um determinado momento vai se tornar muito mais profunda, pois além de invadir o mundo das finanças globais, reverbera também em todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. Hoje o capitalismo passa de fato por uma profunda crise, impossível de ser negada por mais tempo, até mesmo pelos seus apoiadores, beneficiários e porta-vozes. É nesse sentido, que o autor menciona que precisamos tratar da natureza da crise global em desenvolvimento e as condições necessárias para a sua solução factível.

Para Marx (2015) a superprodução é a causa das crises e até o momento de sua análise elas aparecem de forma cíclica, bem como para Mandel (1990), inferindo que o fenômeno fundamental das crises é a superprodução, o mesmo diz que a crise não é monocausal, seriam crises de superacumulação de capital, o que não está separado da superprodução.

É partindo dessa realidade que se observa que o capitalismo se constroem e desenvolve de forma progressiva, na intenção cada vez mais intensa de combater suas crises, nesse sentido:

O capitalismo é simplesmente um conjunto de mecanismos econômicos como frequentemente se conceitualiza. É um modo multifacetado de reprodução sociometabólica que o abarca totalmente e que afeta profundamente cada aspecto da vida, desde o diretamente material e econômico até as relações culturais mais mediadas. Consequentemente, a mudança estrutural só é factível através do questionamento do sistema do capital em sua totalidade como um modo de controle sociometabólico, em lugar de introduzir ajustes parciais na sua estrutura. (MÉSZAROS, 2003, p.102)

Segundo Netto (1995), o capitalismo nunca esteve tão organizado quanto atualmente, com uma insuspeitada capacidade de se refuncionalizar e de responder rapidamente a novas demandas. Pois quanto mais o capitalismo é expandido, mais o trabalho assume múltiplas configurações, que em sua maioria são recobertas por contraditórias aparências e mais se aprofunda a questão social e suas expressões.

Além disso, observando a realidade brasileira, as quatro últimas décadas no país representam um período marcado pelo avanço do neoliberalismo³, que possui a intenção de

³ O neoliberalismo se caracteriza por ser um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos nos anos 70 (PERRY ANDERSON, 1995). É uma expressão, bem como, resposta à crise do capital, que geram diversas consequências. Suas respostas para tal saída da crise, seriam: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos; 2) um Estado parco para os gastos sociais e



recuperar a riqueza das classes altas, além de ser aliado e mais uma estratégia do capital, na superação da crise, logo, ele não foi totalmente completo em suas ações.

Em consonância com esse “avanço”, se têm o aumento ainda mais exacerbado das desigualdades sociais, que em sua maioria são expressadas pelo aumento da chamada exclusão social, do rebaixamento das políticas sociais, pelo crescimento do desemprego estrutural e conseqüentemente acentuação da economia informal e uma tendência à redução do emprego formal.

Marx e Engels (2014) acentuaram que a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, assim, o conjunto das relações sociais. Desse modo, o desenvolvimento desse modo de produção, de suas forças produtivas e de suas estratégias para superar crises, provocam uma verdadeira revolução, ocasionando fenômenos de proporções globais que aprofundam ainda mais as expressões da questão social.

Passando essa breve elucidação, se observa que um dos impactos do capitalismo, suas crises e de suas estratégias foi a diminuição dos gastos em políticas sociais, o que aglutina ainda mais a chamada questão social e intensifica a pobreza em níveis cada vez mais intensos, porém, antes de analisar esses impactos, cabe mencionar de forma breve as origens da política social.

Seu surgimento, bem como efetivação se dá de forma diferenciada e gradual em cada país, a qual vai depender dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Ou seja, está intrinsecamente ligada ao trabalho, as lutas e reivindicações dessa classe.

Em consonância com as autoras acima citadas, a política social seria concessões ou conquistas mais ou menos elásticas, ou seja, como mencionando anteriormente, para que exista política social é preciso luta, é por meio da reivindicação que ela surge, se caracterizando como uma conquista. No entanto, é concessão no sentido que se dá mediante ao Estado a partir de seu consentimento repleto de interesses e contradições, é elástica, pois dependendo do período histórico, econômico, político social e entre outros que o país vivência ela pode se expandir ou regredir.

As discussões que envolve as políticas sociais não podem permanecer apenas no viés econômico ou político, precisam ir além de uma visão unilateral e alcançar diversos âmbitos. Cumpre ultrapassar o viés político-econômico para entender que outros elementos

regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) o desmonte dos direitos sociais e entre outros (BEHRING, 2009).



deverão compôr esta reflexão. Além disso, existe a necessidade de se relacionar a gênese das políticas sociais com a própria questão social e suas expressões, a qual, tal relação cumprirá um papel importante na sistematização das políticas sociais, o que é importante destacar nesse momento, é que sua origem acaba se dando como uma consequência da causa que decorre da contradição capital x trabalho, geradora da “questão social”.

As políticas sociais, ao intervirem sistematicamente na questão social e suas expressões, marca a “indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada” (NETTTO, 2011, p.30). Logo, as políticas sociais são dadas no centro do Estado capitalista, são próprias da sociedade burguesa e participam diretamente da reprodução ampliada do capital. Essas políticas vestem o caráter “social” do Estado e realizam a mediação de interesses conflitantes, entre capital e trabalho (BOSCHETTI, 2016).

No Brasil, de acordo com Iamamoto (2008) a política social possui um marco determinante no governo do Fernando Henrique Cardoso e seus “cavaleiros do apocalipse” ao escolherem o caminho do neoliberalismo. Hoje, mais do que nunca se observa o rebaixamento das políticas sociais, se dando em um Estado neoliberal, o qual favorece “fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e de livre comércio” (HARVEY, 2008, p 75).

Corroborando com Boschetti (2016), é fato que a essência da crise do capital e seus rebatimentos, atingem diretamente os direitos sociais que são materializados nas políticas sociais, que acabam sendo constantemente criticadas e acusadas pelos liberais de serem as causadoras da crise, quando na verdade são apenas vítimas. Se observa que as crises do capital, especialmente pós década de 1970 impuseram sucessivamente imensas derrotas à classe trabalhadora, como reforça Mandel:

Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego, e o medo do desemprego, a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem as reduções (ou estagnações) dos salários reais, a aceleração dos ritmos de produção, as perdas de conquistas em matéria de condições de trabalho e de seguridade social, a redução das proteções construídas na fase de prosperidade contra a pobreza e a injustiça mais flagrantes (MANDEL, 1990, p. 231).

É diante dessa realidade que os trabalhadores lutam em defesa das políticas sociais enquanto direitos, em meio a uma das maiores crises já vividas pelo capitalismo, a mesma se dá em meio a essa disputa, entre explorados e exploradores, entre burguesia e proletariado, de um lado amenizando as expressões da questão social e de outro como ferramenta para permanência e manutenção do capitalismo, haja vista, que sabemos quem de fato têm o poder dessa política e a quem ela serve.



3. CONCLUSÃO

Diante dessa discussão, se pode inferir que o Estado expressa as contradições existentes no capitalismo e atua na busca de assegurar o fortalecimento e existência da propriedade privada e mercado, assim como, das relações jurídicas que nela se apoiam. Desse modo, a atuação do Estado não altera de maneira definitiva as estruturas da sociedade capitalista, ao contrário, age para manter as suas estruturas socioeconômicas fundamentais e adaptá-las às mudanças, especialmente em um contexto de crise, onde o capitalismo faz de tudo para se “reerguer”.

Entretanto, os interesses das classes dominadas se expressam em alguma medida nas ações do Estado, tensionados pelas relações de forças entre as classes fundamentais. Essa contradição é central na composição do Estado capitalista e permeia a formulação e a execução das políticas sociais, que ao mesmo tempo em que são constituídas para atender as reivindicações dos trabalhadores, atuam para amenizar as expressões da questão social.

Logo, as políticas sociais não são simples direitos concedidos pelo Estado burguês, não surgem como vontade ou benevolência, são resultados, em grau maior ou menor, da luta entre capital x trabalho, e nesse sentido, elas poderão estar mais para um lado do que para o outro, tudo dependerá do estado da luta e mobilizações entre as forças em confronto.

Porém, por mais que as políticas sociais contribuam para a defesa da classe trabalhadora nos mais diversos setores das suas vidas, elas sempre irão encontrar um bloqueio, esbarrando nos limites “insuperáveis” impostos pela reprodução do capital, especialmente em um cenário de crise, o qual usa de todas as suas estratégias para superá-la, por conseguinte, se observa um capitalismo na sua mais pura forma de explorar, com total liberdade e ainda sob o discurso da ajuda, da meritocracia, e do empreendedorismo.

Acerca da luta por política social, se observa que ela não é uma luta anticapitalista, é mais uma ferramenta/estratégia para a continuidade do capitalismo, se dá enquanto manobra do Estado burguês para amenizar as contradições causadas por ele mesmo e como uma forma de conter possíveis reivindicações. A qual, não questiona de fato ou atinge as estruturas do capitalismo, “não é a via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, P. 46).



O que levaria ao fim da pobreza/desigualdade é o extermínio do capital, porém não se pode deixar de considerar que mesmo diante de todas os embates envolvendo sua posição, a política social é de fundamental importância, amenizando as contradições causadas por este modo de produção.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, J.; BERNOIT, H. **O problema da crise capitalista em O Capital de Marx**. São Paulo: 2013.

BEHRING, E.R. **Política Social no contexto da crise capitalista**. LIVRO COMPLETO - CFESS - Serviço Social -Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília, 2009.

_____.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. **Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital**. In: Argum.(Vitória), v. 8, n.2, p. 16-29, maio/ago. 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. "Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil." In: BOSCHETTI et al. (org.) **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. SP, Abril Cultural, 1982.

_____. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio; Unicamp, 1990.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. "Glosas Críticas Marginais ao Artigo 'O Rei da Prússia e a Reforma Social' de um Prussiano". In: MARX, K e ENGELS, F. **As lutas de Classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____.; Engels, F. **Manifesto Comunista**. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014. Introdução de Osvaldo Coggiola; texto principal e os prefácios de Marx e Engels de diversas edições.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo/ Editora Unicamp, 2002.



_____. **Economia, política e tempo disponível**, In, Margem esquerda 1, São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. **A crise Estrutural do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2ed, 2011.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 4 v.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Biblioteca Básica do Serviço Social. V. 1.

_____. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995. P. 09-37.

SALAMA, P. A trama do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995. P. 139-180.

TONET, I. **“Qual política social para qual emancipação”**. In: Revista SER Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 279-295, jul.-dez./2015.